

Município de Santa Maria de Jetibá

Estado do Espírito Santo

Santa Maria de Jetibá-ES, 10 de maio de 2022.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2022

Processo Administrativo nº 1336/2022

SRP

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Santa Maria de Jetibá, por meio de seu Pregoeiro, que abaixo subscreve, designado pelo Decreto Municipal nº 523/2021, de 05 de abril de 2021, sediado à Rua Dalmacio Espindula, 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital, tendo o Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público, sediado à Rua Dalmacio Espindula, 115, centro, Santa Maria de Jetibá-ES, inscrito junto ao C.N.P.J sob o número 13.917.262/0001-67, na condição de **Órgão Participante**.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 7:30 h do dia 11 de maio de 2022.

ABERTURA/JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 8:00 h do dia 24 de maio de 2022.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 9:00 h do dia 24 de maio de 2022.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

1 – DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o registro de preços para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Coletivos - EPCs, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Anexo 01 desse edital, bem como no Termo de Referência anexo.

1.2 Este órgão se reserva no direito de adquirir parte do objeto desta licitação, ou rejeitar toda proposta, desde que haja conveniência para o mesmo.

1.3 – Os valores estimados estão descritos no Anexo 01 do edital.

1.4 – É vedada a participação no presente certame, de empresas que em cujo quadro social figurem servidores públicos da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

1.5 – A ata de registro, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93.

1.6 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

1.7 – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

1.8 – As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

1.9 – Ao órgão não participante que aderir à ata de registro de preços oriunda do presente certame, compete a cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

1.10 – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observando o prazo de validade da ata de registro de preços.

1.11– O(s) objeto(s) a serem ofertados deverão ser de ótima qualidade e obedecer rigorosamente:

- a) às normas e especificações constantes deste edital.
- b) às normas da ABNT, INMETRO, etc.
- c) às prescrições e recomendações dos fabricantes.
- d) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 – As despesas inerentes a este Pregão correrão por conta das dotações orçamentárias indicadas a tempo da eventual contratação.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

3.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.4 Não poderá participar da licitação a empresa que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

3.5 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.6 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (Anexo 03);

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (Anexo 06);

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, anexo 04.

3.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no (Anexo 08) para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser

digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

4.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

4.3 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

4.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

4.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

4.10 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.11 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.12 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.13 Os lotes de números 01 à 09 destinam-se exclusivamente à participação de empresas enquadradas como

microempresa ou de pequeno porte para atender o previsto no Art. 48, Inc. III da Lei Complementar nº 123/2006, exceto nas condições previstas no Art. 49, Inc. II e III do mesmo diploma legal.

4.14 Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- c) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- e) que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.15 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca;
- c) Fabricante;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Anexo 01: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

6.6 O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BLL, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no edital.

6.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas neste edital.

7.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

7.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote.

7.13 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.15 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.16 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.17 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.18 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.19 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.20 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.21 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.22 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.23 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.24 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.25 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.26 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.27 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.28 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.29 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.30 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

a) no país;

b) por empresas brasileiras;

c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.31 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.32 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.33 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.34 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.35 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

- 8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.4 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.5 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.7 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.8 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.9 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.10 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.
- 8.11 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.12 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.13 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste edital.
- 8.14 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 8.15 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 8.16 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for solicitado.
- 8.17 Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional.
- 8.18 O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.19 Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.20 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.21 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.22 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.23 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 – DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>). A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

9.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números em documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

Documentos para habilitação:

- Cédula de Identidade e CPF do sócio administrador da empresa;
- Ato constitutivo registrado no órgão competente, e suas alterações;
- Inscrição no CNPJ;
- Prova de Inscrição Estadual, se houver;
- Prova de Inscrição Municipal;
- Atestado de Capacidade Técnica, emitido por órgão público ou empresa privada;

- Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício de 2021, (vedada substituição por balancete/balanço provisório);
- Declaração de atendimento ao Inc. XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual (ICMS);
- Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS);
- Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor da **sede** da empresa, emitido pelo Fórum da Comarca da sede (será considerada a validade de 60 dias a partir da data de sua expedição quando a mesma não estiver expressa no corpo da certidão).

Demais Considerações Quanto a Habilitação

O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 – DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias (setenta e duas horas contadas a partir do momento da notificação via plataforma eletrônica) para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias ((setenta e duas horas contadas a partir do momento da notificação via plataforma eletrônica), que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço da sede da Administração Municipal, situada à Rua Dalmácio Espindula, 115, Centro, Santa Maria de Jetibá-ES.

12 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Anexo 01, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

16 – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

c) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.6 O instrumento contratual oriundo desse certame terá a vigência de 12 meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

16.7 Os produtos devem ser entregues conforme determinado no Termo de Referência.

16.8 Previamente à contratação a Administração realizará Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. Considerando que o Termo de Contrato é expedido pela Superintendência de Documentos (SUPDOC), ficará a cargo da mesma as consultas elencadas acima.

16.9 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.10 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17 – DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1 O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pela CONTRATADA, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, e, caso o referido índice venha a se tornar inaplicável em virtude de disposição legal ou, por qualquer outro motivo, seja impossível a sua utilização, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-FIPE).

17.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18 – DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1 A entrega do item deverá ser feita de Segunda a Sexta feira no horário das 07:30h às 11:00h e das 12:30h às 17:00h, diretamente nos locais indicados na Autorização de Fornecimento com suas respectivas quantidades conforme informadas na mesma, devendo a empresa fornecedora certificar-se, antes da entrega, se houve mudança de endereço.

18.2 O fornecimento do objeto deste edital será realizado de forma **PARCELADA**, de acordo com as necessidades das Secretarias, no prazo, quantidade, local e horário especificado no presente instrumento.

18.3 O prazo para fornecimento/execução e finalização do objeto deste edital deverá ser de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da Autorização de Fornecimento.

18.4 O(s) material(ais) deverá(ão) ser aceito(s), da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato/Ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

b) **Definitivamente**, 05 (cinco) dias após verificação de qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação pelo requisitante.

c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

18.5 O recebimento do objeto será de competência dos servidores lotados nas respectivas secretarias municipais que compõem o presente certame.

18.6 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores das secretarias municipais deverão ser solicitadas à Unidade Requisitante, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

18.7 O(s) objeto(s) deste instrumento deverão ser entregues em locais os quais serão informados posteriormente na Autorização de Fornecimento.

18.8 A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente à descrição e quantidades, e deverão estar acondicionados adequadamente.

18.9 Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do objeto.

18.10 Os custos de retirada e devolução do(s) objeto(s) recusado(s), bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

18.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18.12 O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas no material ou até mesmo a substituição por outros novos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

18.13 Será recusado qualquer objeto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação.

18.14 Em hipótese alguma será aceito objeto recondicionado, remanufaturado, reciclado, ou com alguma característica que venha a comprometer o seu uso e utilização pela Administração.

18.15 A Administração Municipal poderá solicitar testes do objeto junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade do material. Se for declarada pelo fabricante a falsidade, independente da substituição, o(s) objeto(s) ficará(ão) retido(s), para que se proceda a responsabilidade criminal, prevista no art. 96, da Lei 8.666/93.

19 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento.

19.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

19.3 Comunicar à contratada/fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

19.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada/fornecedor, através de comissão/servidor especialmente designado.

19.5 Efetuar o pagamento à contratada/fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 Entregar o(s) material(ais) no prazo preestabelecido e de acordo com as especificações constantes no presente instrumento e no Instrumento Contratual correspondente.

20.2 Comunicar ao município, por escrito, no prazo máximo de 24h que anteceder ao vencimento do prazo de entrega dos itens adjudicados, informando os motivos que impossibilitam o cumprimento do previsto no prazo de entrega.

20.3 Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo.

20.4 Emitir e apresentar a(s) nota(s) fiscal(ais), discriminadas e contendo os valores unitário e total dos materiais e dados bancários da empresa a fins de pagamento.

21 – DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento referente ao fornecimento do material será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pela secretaria beneficiada, em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da liquidação das mesmas.

21.2 O pagamento somente será autorizado coma ateste na nota fiscal apresentada, e relatório do fiscal de contrato, atestando a execução do objeto.

21.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento terá início após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

21.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.5 Antes de cada pagamento à contratada, será verificado a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

21.6 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

21.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

21.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

21.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.11 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) não mantiver a proposta;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) comportar-se de modo inidôneo;

22.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- d) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão

sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.7 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.12 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta de contrato anexa.

23 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

24 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data/hora designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, exclusivamente através da plataforma de Pregão Eletrônico ou por petição dirigida ou protocolada na sede da Administração Municipal, situada à Rua Dalmacio Espindula, 115, Centro, Santa Maria de Jetibá-ES.

24.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do objeto e demais condições, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data/hora designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, na plataforma de Pregão Eletrônico.

24.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do objeto e dos anexos.

24.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.9 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br e no sitio da Administração Municipal: www.pmsmj.es.gov.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 01 – Descrição detalhada do objeto;

ANEXO 02 – Modelo de proposta;

ANEXO 03 – Termo de Adesão – BLL;

ANEXO 04 – Custo pela utilização do sistema;

ANEXO 05 – Declaração Inidoneidade;

ANEXO 06 – Declaração Habilitação;

ANEXO 07 – Declaração de menor, Inc. XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

ANEXO 08 – Declaração ME/EPP;

ANEXO 09 – Declaração Responsabilidade;

ANEXO 10 – Declaração Vínculo;

ANEXO 11 – Minuta de Contrato;

ANEXO 12 – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO 13 – Termo de Referência.

Marcos Roberto Pellacani

Pregoeiro

ANEXO 01

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ Governo do Estado do ESPÍRITO SANTO

Lote (*)	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Unitário	Valor
00001	00052597	JARDINEIRA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EM TECIDO DE PVC MINIMO DE 0,80MM DE ESPESURA BOTAS ACOPLADAS, IMPERMEABILIZADA NAS COSTURAS ATRAVES DO PROCESSO TERMO ELETRONICO, ALCASCOM REGULADORES PARA AJUSTES. PROTECAO DO TRONCO DO USUARIO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERACOES COM O USO DE AGUA.		UND	92,000	194,830		
00002	00052540	AVENTAL DE PVC IMPERMEAVEL COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA) VALIDO - AVENTAL DE SEGURANCA CONFECCIONADO EM PVC COM FORRO DE POLIESTER, TIRAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE, SENDO UMA NO PESCOCO E DUAS NA CINTURA COM FIVELAS PLASTICAS PARA FECHAMENTO, ACABAMENTO NAS LATERAIS POR SOLDA ELETRONICA. TAMANHO A DEFINIR.		UND	891,000	17,730		
00003	00052542	AVENTAL DE SEGURANCA CONFECCIONADO EM COURO DE RASPA, EM COR NATURAL, TAMANHO MINIMO DE 100 X 60 CM. POSSUI TIRA EM COURO NO PESCOCO PARA FIXACAO E TIRAS LATERAIS NO MESMO MATERIAL PARA FIXACAO E AJUSTE DO AVENTAL. COM CAVALIDO.		UND	55,000	36,630		
00004	00052541	AVENTAL DE SEGURANCA CONFECCIONADO EM TECIDO ESPECIAL THERM-UP (ALGODAO) COM TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE EM SILICONE; AJUSTAVEL ATRAVES DE TIRAS DO MESMO MATERIAL PARA REGULAGEM NAS COSTURAS; SEM FORRO; COSTURA COM LINHA DE META ARAMIDA. PROTECAO DO TRONCO DO USUARIO CONTRA AGENTES TERMICOS (PEQUENAS CHAMAS, CALOR DE CONTATO, CONVECTIVO E RADIANTE) E CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERACOES COM O USO DE AGUA. COM CA VALIDO.		UND	765,000	99,220		
00005	00052545	BARREIRA PANTOGRAFICA REFLETIVA MEDINDO NO MINIMO 2,5M DE LARGURA X 0,96M DE ALTURA ABERTA FABRICADA EM MATERIAL PLASTICO DE ALTA DURABILIDADE, COM FAIXAS REFLETIVAS		UND	68,000	1.268,520		
00006	00052544	BARREIRA PANTOGRAFICA REFLETIVA MEDINDO NO MINIMO 6M DE LARGURA X 1,30M DE ALTURA ABERTA FABRICADA EM MATERIAL PLASTICO DE ALTA DURABILIDADE, COM FAIXAS REFLETIVAS		UND	21,000	692,000		
00007	00052547	CALÇA DE SEGURANCA PARA OPERADOR DE MOTOSERRA CONFECCIONADA EM POLIESTER; COM 6 A 10 CAMADAS INTERNAS EM TELA DE POLIESTER DE ALTA TENACIDADE; TAMANHO A DEFINIR		UND	48,000	251,930		
00008	00052546	CALÇA TERMICA DE NYLON PARA CAMARA FRIA RESISTENTE A TEMPERATURAS PROXIMAS A -25°C, NA COR BRANCA, TAMANHO A DEFINIR - CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO DE NYLON COM RESINA, FORRADO INTERNAMENTE COM MANTA TERMICA DE POLIESTER, MALHASANFONADA NA CINTURA COM CORDAO DE		UND	4,000	176,510		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
Governo do Estado do ESPIRITO SANTO

Lote (*)	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Unitário	Valor
		AMARRACAO, COM CERTIFICADO DE APROVACAO (CA) VALIDO						
00009	00052536	CALCADO DE SEGURANCA DE USOPROFISSIONAL TIPO BOTINA; CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO ACROMO; FECHAMENTO EM ELASTICO; PALMILHA DE MONTAGEM EM NAO TECIDO, MONTADA PELO SISTEMA STROBEL; SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL; SISTEMA DE ABSORCAO DE ENERGIA NA REGIAO DO SALTO; RESISTENTE AO OLEO COMBUSTIVEL; COM CERTIFICACAO DE APROVACAO (C.A) VALIDO; TAMANHOS A DEFINIR;		PAR	1.200,000	137,700		
00010	00052537	CALCADO DE SEGURANCA ISOLANTE ELETRICO DE USO PROFISSIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELASTICO, CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, FORRO EM TECIDO, PALMILHA DE MONTAGEM EM FIBRAS NAO METALICAS RESISTENTES A PERFURACAO MONTADA PELO SISTEMA STROBEL, PALMILHA INTERNA REMOVIVEL, BIQUEIRA DE COMPOSITE, PROTETOR DE METATARSO, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE COM PROPRIEDADE ANTIDERRAPANTE INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, COM DE ABSORCAO DE ENERGIA NA REGIAO DO SALTO. COM CA VALIDO. NUMERACAO A DEFINIR.		PAR	1.125,000	108,130		
00011	00052543	CALCADO OCUPACIONAL TIPO BOTA CANO LONGO IMPERMEAVEL; EM EVA (ETIL VINILACETATO), SEM FORRO, SOLADO EM POLIURETANO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A ABSORCAO DE ENERGIA, AO OLEO COMBUSTIVEL E AO ISOLAMENTO DE FRIO. COM CA VALIDO. NUMERACAO A DEFINIR.		PAR	947,000	145,780		
00012	00052620	CALCADO OCUPACIONAL TIPO TENIS FECHADO NA PARTE SUPERIOR E NO CALCANHAR; CONFECCIONADO EM EVA NA COR BRANCA; SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE; RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERAMICO COM SOLUCAO DETERGENTE E EM PISO DE ACO COM SOLUCAO DE GLICEROL; RESISTENTE AO OLEO COMBUSTIVEL E A ABSORCAO DE ENERGIA NA REGIAO DO SALTO; COM CA VALIDA; NUMERACAO A DEFINIR.		PAR	634,000	82,100		
00013	00052548	CAMISA DE SEGURANCA DRY FIT PROTECAO UV, MANGA LONGA. TAMANHO A DEFINIR		UND	1.499,000	68,240		
00014	00052550	CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM TREVIRA COM MANGAS LONGAS; CAPUZ; FECHAMENTO FRONTAL ATRAVES DE NO MINIMO QUATRO BOTÕES DE PRESSAO PLASTICOS E COSTURAS ATRAVES DE SOLDA ELETRONICA. COMPRIMENTO LONGO COM CA VALIDO; TAMANHO A DEFINIR		UND	604,000	49,580		
00015	00052551	CAPACETE DE SEGURANCA EM POLIETILENO COM JUGULAR E TIRA ABSORVENTE DE SUOR REMOVIVEL; TIPO II: COM ABA FRONTAL; CLASSE B: CAPACETE INDICADO PARA PROTECAO CONTRA IMPACTOS DE OBJETOS		UND	115,000	41,300		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
Governo do Estado do ESPIRITO SANTO

Lote (*)	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Unitário	Valor
		SOBRE A CABECA E ISOLAMENTO ELETRICO,TESTADOS COM TENSAO DE 30 KV; SEMVENTILACAO, COM TIRA REFLETIVA,APRESENTANDO FENDAS LATERAISSUPERIORES PARA ACESSORIOS, COMPOSTODE CASCO E SISTEMA DE SUSPENSAO; ASUSPENSAO E COMPOSTA DE DUAS OU TRECINTAS DE TECIDO CRUZADAS, FIXA AO CASCOATRAVES DE QUATRO OU SEIS PONTAS DEENCAIXE, COM REGULAGEM ATRAVES DEAJUSTE SIMPLES OU POR CATRACA. COM CAVALIDO. COR A DEFINIR.						
00016	00052549	CAPACETE PARA MOTOCICLISTA COM SELO DEINSPECAO DO INMETRO; EM CONFORMIDADECOM AS NORMAS DO CONTRAN; TAMANHO ADEFINIR		UND	8,000	221,820		
00017	00052553	CAPUZ DE SEGURANCA CONFECCIONADO EMTECIDO DE POLIESTER, TIPO TOUCA ARABE,ABA TIPO BICO DE PATO E FECHAMENTOFRONTAL EM VELCRO; COM CA		UND	386,000	24,020		
00018	00052552	CAPUZ DE SEGURANCA PARA ELETRICISTA CONFECCIONADO EM MALHA EM FIBRA DEMETA-ARAMIDA RETARDANTE A CHAMAONTRA ARCO ELETRICO, ABERTURA FACIAL,TIPO BALACLAVA. COM CA VALIDO		UND	28,000	155,970		
00019	00052582	CAVALETE EM PVC COM SILK "CUIDADO EMMANUTENCAO", MEDIDAS MAIOR OU IGUAL A62CM X 30CM		UND	50,000	61,800		
00020	00052583	CAVALETE EM PVC COM SILK "CUIDADO PISOESCORREGADIO", MEDIDAS MAIOR OU IGUAL A62CM X 30CM		UND	103,000	63,140		
00021	00052554	COLETE REFLETIVO TIPO X NA COR LARANJACONFECCIONADO EM PVC FORRADO, COMFAIXAS REFLETIVAS EM PVC NA COR PRATA DEALTA LUMINOSIDADE, LARGURA DAS FAIXASPROXIMAS A 5,5CM, FECHAMENTO POR VELCRONAS LATERAIS.		UND	137,000	16,910		
00022	00052555	COLETE SALVA VIDAS JALECO CLASSEIV;DESENVOLVIDO E FABRICADO DE ACORDOCOM A NORMAN 05/DPC; FLUTUABILIDADE:90N; COM FITAS REFLETIVAS; APITO ELAMPADA SINALIZADORA; TRES FECHOSACETAL PARA AJUSTE NA CINTURA E PEITO;DOIS FECHOS ACETAL NAS FITASENTRAPERNAS		UND	4,000	483,910		
00023	00052556	CONE DE SINALIZACAO FABRICADO EMPOLIETILENO SEMI FLEXIVEL, COM PROTECAOCONTRA RAIOS UV, RESISTENTE AINTEMPERIES (SOL E CHUVA), COM 75 CM DEALTURA, COM 2 OU 3 FITAS ADESIVASREFLETIVAS, COM REBAIXO INDIVIDUAL PARAPROTECAO DAS MESMAS. POSSUI ORIFICIOPARA ENCAIXE DE PISCA DE ADVERTENCIAEXTERNO (SINALIZADOR NOTURNO) EPASSAGEM DE CORRENTES E FITAS. EMCONFORMIDADE COM NBR 15071.		UND	231,000	64,500		
00024	00052558	CREME PROTETOR PARA PELE HIDROSSOLUVELE OLEO-RESISTENTE QUANDO APLICADO A		UND	110,000	54,010		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
Governo do Estado do ESPIRITO SANTO

Lote (*)	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Unitário	Valor
		PELE FORMA UMA PELICULA DE PROTECAOINVISIVEL CONTRA O ATAQUE AGRESSIVO DEPRODUTOS COMO: GRAXA, OLEO, SOLVENTE,QUEROSENE, GASOLINA, TINTA A OLEO, COLA,COLA INSTANTANEA, CERA, VERNIZ, CAL,CIMENTO SECO, NEGRO DE FUMO, PO E TERRA,SEM QUE O USUARIO PERCA A SENSIBILIDADE DO TATO. CREME PROTETOR TIPO GRUPO 2; EMBALAGEM DE NO MINIMO 200G; VALIDADE MINIMA DE 1 ANO APOS ENTREGA AO CLIENTE.						
00025	00052560	FITA ADESIVA ZEBRADA PARA DEMARCAOES TAMANHO 50 MM X 30 M. ADERE A PISOS CERAMICOS, DE MADEIRA E CIMENTADOS EM AREAS SECAS.		UND	45,000	47,450		
00026	00052559	FITA DE DEMARCAO DE AREA PERSONALIZADA COM 8 MICAS DE ESPESSURA, ROLO DE NO MINIMO 65MM X 10M-PERSONALIZACAO A DEFINIR		UND	110,000	33,660		
00027	00052561	FITA ZEBRADA SEM ADESIVO DE TAMANHO 70MM X 200M		UND	128,000	24,810		
00028	00052562	JAPONA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EM NYLON COM TRATAMENTO DE IMPERMEABILIZACAO EM RESINA. POSSUI FORRACAO INTERNA COM MANTA DE PROTECAO TERMICA ANTIALERGICA E ANTIMOFO, LAVAVEL. COM CAPUZ, BOLSOS LATERAIS, FECHAMENTO FRONTAL COM VELCRO ALINHADO POR BOTAO DE PRESSAO E ZIPER, MALHA SANFONADA PARA AJUSTE NA BARRA E PUNHO. ACABAMENTO INTERNO MATELADO (COSTURADO) OFERECE UM MELHOR FIXACAO DA MANTA TERMICA AOTECIDO, IMPEDINDO QUE A MANTA SE DESLOQUE DURANTE O USO OU LAVAGEM. INDICADO PARA TRABALHOS EM LUGARES FRIOS (ATE - 25°C). COR BRANCA. TAMANHO A DEFINIR. COM CA VALIDO		UND	7,000	113,460		
00029	00052564	LUVA DE COBERTURA PARA LUVA ISOLANTE PARA PROTECAO CONTRA AGENTES MECANICOS. LUVA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EM VAQUETA, REFORCO INTERNO EM RASPA NA PALMA, REFORCO EXTERNO EM VAQUETA ENTRE OS DEDOS DO POLEGAR E INDICADOR, COM FIVELA DE AJUSTE NO DORSO. PROTECAO DAS MAOS DO USUARIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (C.A.) VALIDO		PAR	31,000	45,650		
00030	00052565	LUVA DE RASPA COM REFORCO PUNHO 7 CM. LUVA COM REFORCO INTERNO E COSTURA EM NYLON. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (C.A.) VALIDO		PAR	477,000	26,530		
00031	00052563	LUVA DE RASPA PUNHO LONGO 40 CM CONFECCIONADA EM RASPA, REFORCO INTERNO NA PALMA, TIRA DE REFORCO EM BUTILADA ENTRE O POLEGAR E O INDICADOR, ELASTICO PARA AJUSTE NO DORSO, USADA PARA PROTECAO DAS MAOS DO USUARIO		PAR	313,000	65,080		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
Governo do Estado do ESPIRITO SANTO

Lote (*)	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Unitário	Valor
		CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTES.COM CERTIFICADO DE APROVACAO (C.A)VALIDO.						
00032	00052566	LUVA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EMELOS DE ACO INOX CROMO-NIQUEL FECHAMENTO AJUSTAVEL ATRAVES DE FECHOS(PRESILHAS) E ENGATES METALICOS NOPUNHO, AMBIDESTRA, MODELO CINCO DEDOS.PUNHO CURTO. COM CA VALIDO.		PAR	226,000	339,650		
00033	00052572	LUVA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EMLATEX DESCARTAVEL, AMBIDESTRA, NAOESTERILIZADA, LEVEMENTE TALCADA COM POBIOABSORVIVEL. TAMANHO A DEFINIR. CAIXACOM 100 UNIDADES.		CX	39,000	49,150		
00034	00052569	LUVA DE SEGURANCA ISOLANTE EM BORRACHA CLASSE 00, PARA TENSAO, COM FINALIDADEEXCLUSIVA DE OFERECER PROTEÇÃO PESSOALCONTRA CHOQUES ELETRICOS. COMCERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A) VALIDO.		PAR	36,000	327,320		
00035	00052567	LUVA DE SEGURANCA, CONFECCIONADA EMLATEX NATURAL FORRADA INTERNAMENTE COMFLOCOS DE ALGODAO; COM ACABAMENTOANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMARDOS DEDOS E PONTA DOS DEDOS;ACABAMENTO DO PUNHO EM VIROLA.		PAR	6.258,000	13,120		
00036	00052538	LUVA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM FIOS DEALGODAO E POLIESTER PALMA E FACE PALMARDOS DEDOS COM PIGMENTOSANTIDERRAPANTES DE PVC, EXTREMIDADE DOSDEDOS COM REFORCO DE BORRACHA DE PVC.PUNHO COM ELASTICO, COM ACABAMENTOOVERLOQUE. TAMANHO A DEFINIR. COM CAVALIDO.		PAR	4.786,000	6,900		
00037	00052571	LUVA EM SILICONE PARA COZINHA CANOLONGO, RESISTENTE A TEMPERATURAS ATE500°C, TIPO BICO DE PATO, ARRANHURAS NAPALMA DA MAO PARA QUE O OBJETO NAOESCORREGUE. COM CA VALIDO.		PAR	455,000	152,970		
00038	00052568	LUVA NITRILICA CANO LONGO PARA PROTECAOQUIMICA CONFECCIONADA EM BORRACHANITILICA, INTERIOR 100% ALGODAO, PALMAANTIDERRAPANTE, COM CERTIFICADO DEAPROVAÇÃO (C.A) VALIDO. PUNHO RETO COM33 CM DE COMPRIMENTO. TAMANHO ADEFINIR.		PAR	2.710,000	26,640		
00039	00052570	LUVA PARA PROTECAO CONTRA AGENTESTERMICOS COM CERTIFICADO DE APROVACAO(CA) VALIDO; CONFECCIONADA EM FIBRA DEPOLIESTER (NONTECK) E GRAFATEX EMALGODAO E POLIESTER DE 4 FIOS, MITENEDOIS DEDOS. PUNHO EM APROXIMADAMENTE45 CM. PROTECAO DAS MAOS DO USUARIOCONTRA AGENTES TERMICOS (PEQUENASCHAMAS E CALOR DE CONTATO).		PAR	452,000	50,630		
00040	00052574	LUVA PLASTICA DESCARTAVEL PRODUZIDA EMPOLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, ATOXICO,INODORO, INCOLOR, IMPERMEAVEL EAMBIDESTRA. TAMANHO A DEFINIR. CAIXA		CX	15.051,000	6,990		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
Governo do Estado do ESPÍRITO SANTO

Lote (*)	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Unitário	Valor
		COM 100 UNIDADES.						
00041	00052573	LUVA TERMICA PARA CAMARA FRIA PROTECAOTERMICA ATE -25°C, LUVA DE SEGURANCATRICOTADA COM FIO SINTETICO, REVESTIDANA PALMA, FACE PALMAR E PONTAS DOSDEDOS COM LATEX NATURAL, PALMAANTIDERRAPANTE, ACABAMENTO RUGOSO,PUNHO COM ELASTANO. TAMANHO A		PAR	14,000	97,690		
00042	00052539	LUVA TRICOTADA EM UMA PECA UNICA COMPALMA DA MAO REVESTIDA COM BORRACHANATURAL, TORNANDO SUA SUPERFICIEANTIDERRAPANTE E PUNHO COM ELASTICO.TAMANHO A DEFINIR. COM CA		PAR	758,000	4,200		
00043	00052578	MASCARA CIRURGICA TRIPLA DESCARTAVEL COM ELASTICO; ATOXICA; HIPOALERGENICA;FABRICADA EM NAO TECIDO; 3 CAMADAS; COMDOBRAS; TIRAS ELASTICAS;CLIQUE NASAL;FILTRACAO DE PARTICULAS MINIMA DE 95%;CAIXA COM 50 UNIDADES.		CX	90,000	26,770		
00044	00052577	MASCARA DE SOLDA ESCURECIMENTOAUTOMATICO MASCARA DE SOLDA CONFECCIONADA EM POLICARBONATO E POLIAMIDA, LEVE, ALTA RESISTENCIA AOIMPACTO, FILTRO DE ESCURECIMENTOAUTOMATICO, COM BATERIA RECARREGAVELATRAVES DE CELULAS SOLARES, CONTROLEMANUAL DE TONALIDADE DE 9/13, NIVEL DESENSIBILIDADE AJUSTAVEL, CARNEIRA COMAPARADOR DE SUOR E CATRACA CAMBIAVELCOM AJUSTE PARA BAIXO E PARA TRAS.PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE DO USUARIOCONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS VOLANTES,LUMINOSIDADE INTENSA E RADIAÇÕESPROVENIENTES DE SERVIÇOS DE SOLDAGEM,COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A)VALIDO.		UND	8,000	210,570		
00045	00052575	MASCARA N95 / PFF2 COM VALVULA DEEXALACAO COM CERTIFICADO DE APROVACAO(CA) VALIDO - RESPIRADOR PURIFICADOR DEAR TIPO PECA SEMIFACIAL FILTRANTE PARAAGENTES BIOLOGICOS E PARTICULAS PFF2,CLASSE S, CONFECCIONADA EM QUATROCAMADAS, SENDO: CAMADA EXTERNA DE FIBRASINTETICA DE POLIPROPILENO; CAMADA MEIODE FIBRA SINTETICA ESTRUTURAL; CAMADAFILTRANTE DE FIBRA SINTETICA COMTRATAMENTO ELETROSTATICO, CAMADAINTERNA DE FIBRA SINTETICA DE CONTATOFACIAL. COM TIRANTES DE CABECA DEELASTICO PARA SUSTENTACAO DA PECAFACIAL, TIRA METALICA PARA AJUSTE SOBRE OSEPTO NASAL. ESTE EQUIPAMENTO DEVERAAPRESENTAR O SELO DE MARCACAO DOINMETRO.		UND	1.122,000	10,780		
00046	00052579	OCULOS DE SEGURANCA CONFECCIONADO EMPOLICARBONATO OPTICO COM ARMACAO DENYLON. TRATAMENTO ANTIRRISCO EANTIEMBAÇANTE . HASTE COM REGULAGEM DECOMPRIMENTO. FILTRAGEM DE RAIOS UVA E		UND	294,000	9,470		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
Governo do Estado do ESPIRITO SANTO

Lote (*)	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Unitário	Valor
		UVB. ACOMPANHA CORDAO DE SEGURANCA.COM CA VALIDO						
00047	00052581	PERNEIRA CONFECCIONADA EM MATERIALSINTETICO TRES TALAS DE PROTECAOFRONTAL E DUAS TALAS LATERAIS E PROTECAODE FIOS DE ACO NO METATARSO.FECHAMENTO EM VELCRO. COM CA		UND	47,000	65,580		
00048	00052580	PERNEIRA DE SEGURANCA CONFECCIONADAEM RASPA TIRA E METATARSO EM RASPA PARA AJUSTE NO PE, TELA EM POLIPROPILENO EFECAMENTO EM VELCRO. APROVADO PARAPROTECAO DAS PERNAS DO USUARIO EMTRABALHOS ONDE HAJA RISCOS DE ACIDENTESDE ORIGEM MECANICA, RESPINGOS DE SOLDAELETTRICA, PROJECCOES METALICAS, OBJETOSABRASIVOS, CORTANTES E ESCORIANTES. COMCA VALIDO.		UND	24,000	33,000		
00049	00052584	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA ARCO.PECA AJUSTAVEL A CABECA; DE FORMATOCURVO, PERMITINDO A SUA ROTAÇÃO EM 360°DE GIRO, DEVE SER FLEXIVEL E CONFECCIONADO EM MATERIALTERMOPLASTICO. CONCHA: PARTE QUE ENVOLVE AS ORELHAS DO USUARIO, FABRICADAS EM MATERIAL TERMOPLASTICO, RESISTENTE A CHOQUE MECANICO, A PARTE INTERNA DEVE SER CONFECCIONADA EM ESPUMA PROPORCIONAM COM NIVEL DE ATENUAÇÃO DE RUÍDO DE 27 DB (NRR27) ENRRSF 21 DB, E SER FACILMENTE SUBSTITUIVEL, NAO PODE ESTAR EM CONTATO COM O OUVIDO EXTERNO, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A.) VALIDO.		UND	125,000	77,110		
00050	00052589	PROTETOR DE ROCAGEM FLEXIVEL TELA DENYLON, COM HASTES METALICAS PARA FIXAÇÃO. DIMENSOES MINIMAS DE 5,0 X		UND	27,000	700,000		
00051	00052590	PROTETOR DE ROCAGEM URBANO COM RODIZIOS . TELA DE NYLON QUE DE TEM DETRITOS LANÇADOS DURANTE A ROCAGEM.MOLDURA EM TUBO GALVANIZADO REGULAVELE DESMONTAVEL. COM 4 RODAS MACICAS DE 20 CM. GUIDAO DIRECIONADOR E SUPORTE DE OBJETOS. DIMENSOES MÍNIMAS SW 3,0 X		UND	12,000	1.422,020		
00052	00052585	PROTETOR FACIAL COMPOSTO DE UM SUPORTE DE MATERIAL PLASTICO RIGIDO QUE COBRE APARTE FRONTAL DO CRANIO DO USUARIO E SE ESTENDE ATE A PARTE LATERAL DA CABECA, E UM VISOR DE MATERIAL PLASTICO(TERMOPLASTICO) INCOLOR, PRESO AO SUPORTE. AS EXTREMIDADES DO SUPORTE SAO FIXADAS NA CARNEIRA E COROA DE MATERIAL PLASTICO. O TAMANHO DA CARNEIRA E REGULAVEL ATRAVES DE AJUSTE SIMPLES. APARTE FRONTAL DA CARNEIRA E RECOBERTA COM UMA ESPUMA PARA ABSORÇÃO DE SUOR.COM CA VALIDO.		UND	56,000	72,350		
00053	00052586	PROTETOR FACIAL PARA ELETRICISTA COM ACOPLAMENTO AO CAPACETE, DESENVOLVIDO PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHO		UND	12,000	1.352,840		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
Governo do Estado do ESPIRITO SANTO

Lote (*)	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Unitário	Valor
		SEGURANCA EM LOCAIS DE ALTA TENSAO ETRABALHO COM ELETRICA EM GERAL.PROTECAO CONTRA ARCO ELETRICO. COMQUEIXEIRA. LENTE DE POLICARBONADO DEDIMENSOES APROXIMADAS DE 185MM DEALTURA, 510MM DE LARGURA E 2MM DEESPESURA. COM CA VALIDO.						
00054	00052587	PROTETOR LABIAL CONTRA RAIOS UV , COMFATOR DE NO MINIMO 30 FPS, BASTAOCONTENDO NO MINIMO 5G, TESTADODERMATOLOGICAMENTE E APROVADO PELAANVISA. DEVERA CONTER VALIDADE MINIMA DE01 ANO APOS SUA ENTREGA AO CLIENTE		UND	783,000	20,120		
00055	00052588	PROTETOR SOLAR FPS 60 CORPORAL CONTENDO EFEITO DE REPELENTE DE INSETOSDE LONGA DURACAO, NAO OLEOSO, EFEITOANTI-BRILHO, RAPIDA ABSORCAO, TEXTURALEVE, NÃO COMEDOGENICO, LIVRE DECORANTES, ACAA HIDRATANTE. EMBALAGEMCOM MINIMO DE 120 ML. DEVE CONTERVALIDADE MINIMA DE 01 ANO APOS A ENTREGAAO CLIENTE.		UND	2.357,000	59,960		
00056	00052591	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PECAFACIAL INTEIRA COM CORPOCONFECCIONADO EM SILICONE OU NEOPRENE,COM FILTROS E CARTUCHOS PARAPESTICIDAS. A PECA FACIAL POSSUI UM VISORCONSTITUIDO DE MATERIAL PLASTICO RIGIDOTRANSARENTE (POLICARBONATO). NA PARTECENTRO INFERIOR DO CORPO DA PECA, EXISTEUUMA ABERTURA UTILIZADA PARA O ENCAIXE DEUM DISPOSITIVO CONFECCIONADO EMMATERIAL PLASTICO RIGIDO PRETO, PRESO APECA ATRAVES DE UMA ABRACADEIRAPLASTICO NA COR PRETA. ESTE DISPOSITIVOAPRESENTA, EM SUA PARTE EXTERNAINFERIOR, UMA TAMPA EM MATERIALPLASTICO, DOTADA DE ABERTURAS E DE UMATELA METALICA E, EM SUA PARTE INTERNAINFERIOR, UM SUPORTE DOTADO DE UMAVALVULA DE EXALCAO. NA PARTE TRASEIRADO DISPOSITIVO, LOCALIZA-SE O DIAFRAGMADE VOZ E SE ENCAIXA A MASCARILHA,CONFECCIONADA DO MESMO MATERIAL DOCORPO DA PECA E DOTADA, EM SUA PARTESUPERIOR, DE DUAS VALVULAS DE INALCAO.O CORPO DA PECA POSSUI DUAS ABERTURASLOCALIZADAS EM SUAS LATERAIS INFERIORES,UMA DE CADA LADO, UTILIZADAS PARA OENCAIXE DE DOIS SUPORTES DE MATERIALPLASTICO RIGIDO, PRESOS AS PECAS ATRAVESDE ABRACADEIRAS PLASTICAS . OS SUPORTESSAO DOTADOS, EM SUA PARTE DIANTEIRA, DEUM ANEL DE BORRACHA E DE UM ENCAIXE TIPOBAIONETA, ONDE SAO FIXADOS OS FILTROS.NA PARTE TRASEIRA DE CADA UM DOSSUPORTES, ENCONTRA-SE FIXADA UMAVALVULA DE INALCAO. A PECA POSSUI UMTIRANTE DE CABECA COM CINCO PONTOS DEFIXACAO, PRESO A BORDA DA MESMA POR		UND	24,000	630,690		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
Governo do Estado do ESPÍRITO SANTO

Lote (*)	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Unitário	Valor
		MEIO DE FIVELAS PLASTICAS DOTADAS DEPRESILHAS METALICAS COM AJUSTE RAPIDO.JUNTO AS DUAS FIVELAS LOCALIZADAS NAPARTE INFERIOR DE CADA PECA,ENCONTRAM-SE OUTRAS DUAS FIVELASPLASTICAS, ONDE SAO FIXADAS AS PONTAS DEUMA TIRA (CORDAO) DE BORRACHA ,UTILIZADA PARA DESCANSO DA PECA NOPESCOCO DO USUARIO. COM CA VALIDO.						
00057	00052593	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PECAFACIAL INTEIRA, COM FILTROS E CARTUCHOSCONTRA OS EFEITOS DE VAPORES ORGANICOS; COM CORPO CONFECCIONADO EM SILICONEOU NEOPRENE, . A PECA FACIAL POSSUI UMVISOR CONSTITUÍDO DE MATERIAL PLASTICORIGIDO TRANSPARENTE (POLICARBONATO). NAPARTE CENTRO INFERIOR DO CORPO DA PECA,EXISTE UMA ABERTURA UTILIZADA PARA OENCAIXE DE UM DISPOSITIVO CONFECCIONADOEM MATERIAL PLASTICO RIGIDO PRETO, PRESOA PECA ATRAVES DE UMA ABRACADEIRAPLASTICO NA COR PRETA. ESTE DISPOSITIVOAPRESENTA, EM SUA PARTE EXTERNAINFERIOR, UMA TAMPA EM MATERIALPLASTICO, DOTADA DE ABERTURAS E DE UMATELA METALICA E, EM SUA PARTE INTERNAINFERIOR, UM SUPORTE DOTADO DE UMAVALVULA DE EXALCAO. NA PARTE TRASEIRADO DISPOSITIVO, LOCALIZA-SE O DIAFRAGMADE VOZ E SE ENCAIXA A MASCARILHA,CONFECCIONADA DO MESMO MATERIAL DOCORPO DA PECA E DOTADA, EM SUA PARTESUPERIOR, DE DUAS VALVULAS DE INALCAO.O CORPO DA PECA POSSUI DUAS ABERTURASLOCALIZADAS EM SUAS LATERAIS INFERIORES,UMA DE CADA LADO, UTILIZADAS PARA OENCAIXE DE DOIS SUPORTES DE MATERIALPLASTICO RIGIDO, PRESOS AS PECAS ATRAVESDE ABRACADEIRAS PLASTICAS . OS SUPORTESSAO DOTADOS, EM SUA PARTE DIANTEIRA, DEUM ANEL DE BORRACHA E DE UM ENCAIXE TIPOBAIONETA, ONDE SAO FIXADOS OS FILTROS.NA PARTE TRASEIRA DE CADA UM DOSSUPORTES, ENCONTRA-SE FIXADA UMAVALVULA DE INALCAO. A PECA POSSUI UMTIRANTE DE CABECA COM CINCO PONTOS DEFIXACAO, PRESO A BORDA DA MESMA PORMEIO DE FIVELAS PLASTICAS DOTADAS DEPRESILHAS METALICAS COM AJUSTE RAPIDO.JUNTO AS DUAS FIVELAS LOCALIZADAS NAPARTE INFERIOR DE CADA PECA,ENCONTRAM-SE OUTRAS DUAS FIVELASPLASTICAS, ONDE SAO FIXADAS AS PONTAS DEUMA TIRA (CORDAO) DE BORRACHA ,UTILIZADA PARA DESCANSO DA PECA NOPESCOCO DO USUARIO. COM CA VALIDO.		UND	2,000	651,860		
00058	00052592	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PECAFACIAL INTEIRA, COM FILTROS E CARTUCHOSCONTRA POEIRAS NEVOAS E FUMOS; COMCORPO CONFECCIONADO EM SILICONE OUNEOPRENE, A PECA FACIAL POSSUI UMVISOR		UND	2,000	155,570		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
Governo do Estado do ESPÍRITO SANTO

Lote (*)	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Unitário	Valor
		<p>CONSTITUIDO DE MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO TRANSPARENTE (POLICARBONATO). NA PARTE CENTRO INFERIOR DO CORPO DA PEÇA, EXISTE UMA ABERTURA UTILIZADA PARA O ENCAIXE DE UM DISPOSITIVO CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO PRETO, PRESO A PEÇA ATRAVÉS DE UMA ABRACADEIRA PLÁSTICA NA COR PRETA. ESTE DISPOSITIVO APRESENTA, EM SUA PARTE EXTERNA INFERIOR, UMA TAMPA EM MATERIAL PLÁSTICO, DOTADA DE ABERTURAS E DE UMA TELA METÁLICA E, EM SUA PARTE INTERNA INFERIOR, UM SUPORTE DOTADO DE UMA VALVULA DE EXALCAÇÃO. NA PARTE TRASEIRA DO DISPOSITIVO, LOCALIZA-SE O DIAFRAGMA DE VOZ E SE ENCAIXA A MASCARILHA, CONFECCIONADA DO MESMO MATERIAL DO CORPO DA PEÇA E DOTADA, EM SUA PARTE SUPERIOR, DE DUAS VALVULAS DE INALCAÇÃO. O CORPO DA PEÇA POSSUI DUAS ABERTURAS LOCALIZADAS EM SUAS LATERAIS INFERIORES, UMA DE CADA LADO, UTILIZADAS PARA O ENCAIXE DE DOIS SUPORTES DE MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, PRESOS AS PEÇAS ATRAVÉS DE ABRACADEIRAS PLÁSTICAS. OS SUPORTES SÃO DOTADOS, EM SUA PARTE DIANTEIRA, DE UM ANEL DE BORRACHA E DE UM ENCAIXE TIPO BAIONETA, ONDE SÃO FIXADOS OS FILTROS. NA PARTE TRASEIRA DE CADA UM DOS SUPORTES, ENCONTRA-SE FIXADA UMA VALVULA DE INALCAÇÃO. A PEÇA POSSUI UM TIRANTE DE CABEÇA COM CINCO PONTOS DE FIXAÇÃO, PRESO A BORDA DA MESMA POR MEIO DE FIVELAS PLÁSTICAS DOTADAS DE PRESILHAS METÁLICAS COM AJUSTE RÁPIDO. JUNTO AS DUAS FIVELAS LOCALIZADAS NA PARTE INFERIOR DE CADA PEÇA, ENCONTRAM-SE OUTRAS DUAS FIVELAS PLÁSTICAS, ONDE SÃO FIXADAS AS PONTAS DE UMA TIRA (CORDÃO) DE BORRACHA, UTILIZADA PARA DESCANSO DA PEÇA NO PESCOÇO DO USUÁRIO. COM CAVALO VÁLIDO.</p>						
00059	00052594	TAPETE ISOLANTE ELÉTRICO DE BORRACHA PARA BAIXA, MÉDIA E ALTA TENSÃO PROTEÇÃO PARA NO MÍNIMO 10KV. DIMENSÕES: 1M DE LARGURA X 1M DE COMPRIMENTO. COR PRETO. BOA FLEXIBILIDADE E CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE CHOQUE, IMPERMEÁVEL (NÃO ABSORVE LÍQUIDOS OU ODORES) FLEXÍVEL, EXCELENTE CAPACIDADE DE CARGA, SUPORTA TEMPERATURAS DE APROXIMADAMENTE -20 A +90 °C. EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.		UND	17,000	393,120		
00060	00052595	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA DE TNT, NÃO ESTÉRIL, COM ELÁSTICO. GRAMATURA 20G. CAIXA COM 100 UNIDADES		CX	54,000	30,900		
00061	00052596	UNIFORME ELÉTRICISTA C/ FAIXA REFLETIVA CONJUNTO CALÇA E CAMISA CINZA RETARDANTE A CHAMA (ANTI-CHAMA CAMISA -		UND	39,000	300,120		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
Governo do Estado do ESPIRITO SANTO

Lote (*)	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Unitário	Valor
		<p>TECIDO FR 100% ALGODAO, COM FAIXASREFLETIVAS RETARDANTES A CHAMA(ANTICHAMA); FECHAMENTO FRONTAL EMBOTOES COM VISTA; MANGAS LONGAS COMFECHAMENTO EM BOTAO NO PUNHO; GOLATIPO ESPORTE (ITALIANA) ABOTOADA ATE EMCIMA; BOLSO SUPERIOR ESQUERDO 13CM DELARGURA E 14 CM DE ALTURA, APRESENTATAMPA, FECHAMENTO COM VELCRO E DIVISAOPARA CANETA; COSTURAS REFORÇADAS TIPOTRAVETE NOS PONTOS VULNERAVEIS; COSTURAREFORÇADA COM LINHA RETARDANTE ACHAMA 100% META ARAMIDA. CALÇA - TECIDOFR 100% ALGODAO; COM FAIXAS REFLETIVASRETARDANTES A CHAMA (ANTICHAMA); MEIOELASTICO NO COS, PASSANTES PARA CINTO,PALA ATRAS; FECHAMENTO EM BOTOES COMVISTA; DOIS BOLSOS FRONTAIS; DOIS BOLSOSTRASEIROS; COSTURA REFORÇADA EMPONTOS VULNERAVEIS COM LINHARETARDANTE A CHAMA 100% META ARAMIDA.COR: CINZA. PRODUTO INDICADO PARAUSUARIOS EXPOSTOS A SITUAÇOES DE FOGOREPENTINO E AO ARCO ELETRICO, COMO ASATIVIDADES RELACIONADAS A ELETRICIDADE EALTA TENSAO. COM CERTIFICADO DEAPROVAÇÃO (C.A) VALIDO.</p>						
00062	00052557	<p>VESTIMENTA DE CORPO INTEIRO COMPOSTOPOR: CAPUZ ISOLADO, CONFECCIONADO EMMATERIAL HIDRORREPELENTE, COM ABAFRONTAL ARREDONDADA SOBRE A FACE,CONFECCIONADA COM POLIETILENO RIGIDOREVESTIDO COM MESMO MATERIALHIDRORREPELENTE. PALA PARA PROTECAO DOPESCOCO E DA PARTE SUPERIOR DOS OMBROS,CONFECCIONADA COM TECIDOHIDRORREPELENTE. AS LATERAIS DA PALA NAPARTE FRONTAL E ABAIXO DO QUEIXO SAOCOSTURADAS PARA O FECHAMENTO DAABERTURA FRONTAL ; VISEIRA FRONTAL PARAPROTECAO FACIAL, COMPOSTA POR UMALAMINA DE ACETATO DE 0,175 MM DEESPESURA, TRANSPARENTE E FORMATORETO; CAMISA COM MANGAS COMPRIDAS TIOPADRAO, DE MATERIAL HIDRORREPELENTE;CALCA COMPRIDA TIPO RETA,CONFECCIONADA COM MATERIALHIDRORREPELENTE. A AREA DAS COXAS, APARTIR DA UNIAO ENTRE AS PERNAS DA CALCA(CAVALO) E PERNAS SAO PROTEGIDAS COMMATERIAL IMPERMEAVEL COSTURADO SOBRE OHIDRORREPELENTE. COM CA VALIDO</p>		UND	40,000	111,070		

ANEXO 02

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº XXX/2022

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº XXX/2022 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA: CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO: CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE: AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos os **Lotes** de no mínimo, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Termo de Referência.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

ANEXO 03

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: () SIM () Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de Pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
- v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no

Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).

ANEXO 3.1

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	

O Licitante reconhece que:

- A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;
- O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO 04

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA – SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).

ANEXO 05

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2022

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____

CNPJ/MF Nº _____

Sediada (Endereço Completo) _____

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2022, instaurada pelo Município de Santa Maria de Jetibá-ES, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 06

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2022

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____

CNPJ/MF Nº _____,

sediada (Endereço Completo) _____

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 07

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2022

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo) _____

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO 08

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2022

DECLARAÇÃO

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão , que estou (amos) sob o regime de ME/EPP , para efeito do disposto na LC 123/2006

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante

ANEXO 09

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2022

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2022 do Município de Santa Maria de Jetibá-ES, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:

ANEXO 10

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2022

DECLARAÇÃO

(Razão Social) _____

CNPJ/MF Nº _____

Sediada (Endereço Completo) _____

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/2022, instaurada pelo Município de Santa Maria de Jetibá-ES, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data _____

Local _____

Nome do declarante _____

RG _____

CPF _____

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 11

MINUTA DE CONTRATO

Município de Santa Maria de Jetibá Estado do Espírito Santo

<p>CONTRATO Nº ----- Contrato que entre si celebram o Município de Santa Maria de Jetibá e a empresa ----- ----- -----.</p>

O **Município de Santa Maria de Jetibá**, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público, sediado à Rua Dalmácio Espindula, 115, centro, Santa Maria de Jetibá-ES, inscrito junto ao C.N.P.J sob o número 36.388.445/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Hilário Roepke, brasileiro, divorciado, inscrito no C.P.F com o número XXX.XXX.XXX-XX, daqui por diante denominado **CONTRATANTE** e a empresa -----, inscrita junto ao C.N.P.J sob o número -----, situada à -----, neste ato representada por -----, daqui por diante denominada de **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, referente ao processo licitatório na modalidade de -----, oriundo do processo administrativo número -----. As condições do edital licitatório acima citado desde já fazem parte deste instrumento contratual, ainda que não transcritas, juntamente com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**. O presente contrato, bem como o processo licitatório que lhe deu origem são regidos pela a Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Fornecimento de -----, conforme critérios e especificações contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº XXX/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

- 2.1 O prazo de vigência do presente instrumento, será de máximo de 12 (doze) meses e terá início imediatamente após a sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.
- 2.2 Os produtos deverão ser entregues no prazo determinado no Termo de Referência.
- 2.3 Os produtos deverão ser entregues em local designado no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor do presente contrato é de R\$-----(------).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado conforme condições do item 21 do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas inerentes a este instrumento correrão por conta das dotações orçamentárias XXXXXXXX.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1 A contratada se sujeita à fiscalização da Administração Municipal, quanto a qualidade dos produtos e serviços, exigências contratuais e outras instruções fornecidas pela Administração Municipal, conforme condições dos itens 12 e 13 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Entregar o(s) material(ais) no prazo preestabelecido e de acordo com as especificações constantes no presente Termo de Referência e no Instrumento Contratual correspondente.

7.2 Comunicar ao município, por escrito, no prazo máximo de 24h que anteceder ao vencimento do prazo de entrega dos itens adjudicados, informando os motivos que impossibilitam o cumprimento do previsto no prazo de entrega.

7.3 Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo.

7.4 Emitir e apresentar a(s) nota(s) fiscal(ais), discriminadas e contendo os valores unitário e total dos materiais e dados bancários da empresa a fins de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital.

8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.3. Comunicar à contratada/fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada/fornecedor, através de comissão/servidor especialmente designado.

8.5. Efetuar o pagamento à contratada/fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 A recusa por parte da contratada em assinar o presente Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se a contratada as penalidades previstas no item 9.3, letras “a”, “b” e “c”.

9.2 O atraso injustificado no cumprimento das cláusulas contratuais, sujeitará a contratada a multa de mora, fixada neste Edital e no Contrato. A multa poderá ser descontada dos pagamentos ou cobrada judicialmente, quando for o caso.

9.3 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o contratante poderá aplicar as seguintes sanções, assegurando a garantia de prévia defesa:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de até 0,3 % (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor do contrato, até o período máximo de 30 (trinta dias), se os produtos não forem entregues na data prevista, sem justificativa aprovada pelo contratante;
- c) Multa cominatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, depois de esgotado o prazo fixado no subitem anterior;
- d) Suspensão temporária de participar em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 O presente instrumento poderá ser rescindido:

10.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração Municipal, nas funções previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e com as consequências indicadas no Art. 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Cláusula Oitava desse instrumento.

10.1.2 Amigavelmente nos termos do Art. 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

10.3 A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4 O Termo de Rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

10.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1 O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pela CONTRATADA, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, e, caso o referido índice venha a se tornar inaplicável em virtude de disposição legal ou, por qualquer outro motivo, seja impossível a sua utilização, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-FIPE).

11.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 Caberá a contratante a publicação no órgão de imprensa oficial do extrato do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Maria de Jetibá-ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas igualmente signatárias.

Santa Maria de Jetibá-ES, ----- de ----- de 2022.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
HILÁRIO ROEPKE
Prefeito Municipal
Contratante

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

ANEXO 12
Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° XXX/2022 – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n° XXX/2022
--

O **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público, sediado à Rua Dalmácio Espíndula, 115 - Centro, Santa Maria de Jetibá-ES, inscrito junto ao C.N.P.J sob o número 36.388.445/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HILÁRIO ROEPKE**, brasileiro, divorciado, inscrito no C.P.F n° XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento do certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, número de ordem XXX/2022 – Processo n° 1336/2022 e a homologação do mesmo na data de XX/XX/XXXX, **RESOLVE** registrar os preços da empresa -----, CNPJ: -----, de acordo com o relatório de julgamento, atendendo as condições previstas no edital convocatório e as demais contidas na presente Ata. O presente instrumento, bem como o processo licitatório que lhe deu origem são regidos pela Lei 10520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações e pelo Decreto Municipal n° 361/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Fornecimento futuro de _____, conforme condições do Edital de Pregão Eletrônico n° XXX/2022.

1.2 A existência do presente registro de preços não obriga a Administração Municipal a firmar contratações que dele poderão advir. É facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta, devidamente fundamentada nos casos previsto na Lei Federal n° 8666/93, assegurando-se ao beneficiário do registro de preços a preferência de fornecimento e igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços se limitará a um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação na imprensa oficial, vedada sua prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos na proposta vencedora e neles estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 Os pagamentos serão efetuados conforme condições do item 21 do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

5.1 O prazo de vigência do contrato oriundo do presente instrumento será de no máximo 12 (doze) meses e terá início imediatamente após a assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal n° 8.666/93.

5.2 O recebimento dos produtos obedecerá as condições previstas no item 09 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O registro de preços poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

a) Pela Administração Municipal, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor incorrer nos atos a seguir relacionados:

- Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

- Não atender a convocação para assinatura de contrato oriundo do registro de preços no prazo estabelecido;

- Incurrer em inexecução total ou parcial do contrato acima citado.

b) Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento as exigências contidas no instrumento convocatório, bem como as condições da presente ata de registro de preços.

6.2 Em caso de cancelamento do registro de preços por parte da Administração Municipal, será assegurado a ampla defesa e o contraditório, sendo formalizado por decisão da autoridade competente

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO

7.1 A contratada se sujeita à fiscalização do órgão contratante, quanto aos prazos de entrega, qualidade dos serviços, exigências contratuais e outras instruções fornecidas pela Contratante.

7.2 A fiscalização de que trata o item anterior será realizada pelos servidores designados pelo órgão contratante.

7.3 Os produtos serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Entregar o (s) material (ais) no prazo preestabelecido e de acordo com as especificações constantes no presente Termo de Referência e no Instrumento Contratual correspondente.

8.2 Comunicar ao município, por escrito, no prazo máximo de 24h que anteceder ao vencimento do prazo de entrega dos itens adjudicados, informando os motivos que impossibilitam o cumprimento do previsto no prazo de entrega.

8.3 Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo.

8.4 Emitir e apresentar a(s) nota(s) fiscal(ais), discriminadas e contendo os valores unitário e total dos materiais e dados bancários da empresa a fins de pagamento.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 A recusa por parte da contratada em assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se a contratada as penalidades previstas no item 9.3, letras “a”, “b” e “c”.

9.2 O atraso injustificado no cumprimento das cláusulas contratuais, sujeitará a contratada a multa de mora, fixada neste Contrato. A multa poderá ser descontada dos pagamentos ou cobrada judicialmente, quando for o caso.

9.3 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o contratante poderá aplicar as seguintes sanções, assegurando a garantia de prévia defesa:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de até 0,3 % (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor do contrato, até o período máximo de 30 (trinta dias), se os produtos não forem entregues no prazo determinado, sem justificativa aprovada pelo contratante;
- c) Multa cominatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, depois de esgotado o prazo fixado no subitem anterior;
- d) Suspensão temporária de participar em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 A rescisão da presente Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos Artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8666/93, no que couberem, com aplicação do Artigo 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Maria de Jetibá-ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas igualmente signatárias.

Santa Maria de Jetibá-ES, xx de xxxxx de 2022.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
HILÁRIO ROEPKE
Prefeito Municipal

Fornecedor

TESTEMUNHAS

ANEXO 13

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS UNIDADES REQUISITANTES

Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social; Secretaria de Administração; Secretaria de Agropecuária; Secretaria de Cultura e Turismo; Secretaria de Educação; Secretaria de Esporte e Lazer; Secretaria de Interior; Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Saúde; Secretaria de Serviços Urbanos; Secretaria de Transporte; Secretaria de Gabinete

2. DOS RESPONSÁVEIS PELA EMISSÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Assistência Social: Simone Knaak – 051985.

Administração: Julielza Betzel Baldotto - 052085.

Agropecuária: Altemar Fardin - 055048.

Cultura e Turismo: Renato Estrelaf – 051660.

Educação: Ayrton Zumach – 051992.

Esportes e Lazer: Estefane Dalila Stange Jonas – 055074.

Interior: Andresa Mund – 052219.

Meio Ambiente: Cristiane Nunes dos Anjos de Freitas – 052978.

Saúde: Vanderlane Wolfgran – 053077.

Serviços Urbanos: Alessandro Oliveira de Souza – 051983.

Transportes: Raiany Mapelli de Souza – 055092.

Gabinete: Clystheres de Freitas – 052449.

3. DA DESCRIÇÃO DO(S) OBJETO(S)

3.1 – Os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs e Coletiva - EPCs atenuam riscos e oferecem resguardo à integridade física e saúde do trabalhador, oferecendo maior proteção e tornando mais seguro os afazeres dos servidores municipais.

3.2 – As descrições de cada item a ser adquirido, bem como seus quantitativos encontram-se nos Pedidos de Compras:

- Assistência Social: 197/2022.
- Administração: 198/2022.
- Agropecuária: 199/2022.

- Cultura e Turismo: 200/2022.
- Educação: 201/2022.
- Esportes e Lazer: 203/2022.
- Interior: 204/2022.
- Meio Ambiente: 205/2022.
- Saúde: 206/2022.
- Serviços Urbanos: 207/2022.
- Transportes: 208/2022.
- Gabinete: 209/2022.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO/JUSTIFICATIVA

4.1 – Os Equipamentos de Proteção Individual e Coletivos possuem como principal objetivo proteger a saúde e a segurança física do trabalhador em situações onde as demais medidas de controle de risco não são suficientes.

A aquisição desses equipamentos é destinada a oferecer recursos para execução dos trabalhos de todos os servidores públicos que necessitem desses itens para preservação de suas seguranças, saúdes e integridades.

O município de Santa Maria de Jetibá possui várias secretarias com numerosos servidores, como a Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação, que precisam incontestavelmente de dispositivos que protejam o trabalhador dos riscos que correm ao desempenhar seus afazeres. Vários deles realizam serviços de roçagens, podas, limpezas urbanas, preparação alimentos, executam manutenções de vias, manipulam de produtos químicos e infectocontagiosos, dentre tantas outras atividades que sujeitam o corpo do funcionário a situações de ameaça, que também podem advir do próprio ambiente no qual está trabalhando.

Para proteger e tornar mais seguro os afazeres dos servidores municipais, é importante que eles façam uso de equipamentos de proteção (EPIs e EPCs) conforme os riscos da atividade a ser desempenhada em cada dia.

Os EPIs e EPCs, além de essenciais à proteção do trabalhador (pois visam a manutenção da saúde física, proteção contra os riscos de acidentes do trabalho e/ou de doenças profissionais e do trabalho) podem também proporcionar redução de custos ao empregador. Uma vez que, os acidentes provocados no ambiente de trabalho acarretam em menos servidores na ativa, realocações e despesas com afastamentos.

Assim, desde a última aquisição, que completa quase 3 anos, até a data atual, os estoques desses itens de segurança básicos se exauriram nas secretarias, devido ao uso intenso. Ademais, a última tentativa de aquisição de EPIs, em 2021, não houve êxito, sendo portanto, de extrema necessidade a aquisição desses itens.

5. CONDIÇÕES DE GARANTIA DO OBJETO

5.1 – Os objetos deste Termo de Referência deverão ser produtos novos, contendo os equipamentos/itens inclusos na descrição. Deverão possuir, ao menos, garantia da fábrica, contada a partir da data de entrega dos mesmos.

5.2 – Em caso de não atender as especificações do item 5.1 será feita a devolução, devendo ser substituído imediatamente sem ônus algum para a CONTRATANTE, bem como despesas com transporte, seguro, diárias, entre outras.

6. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

6.1 – O valor total estimado da contratação dos itens deste Termo de Referência deverá ser baseado na média aritmética dos orçamentos apresentados.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

- Secretaria de Assistência Social:
Ficha 00584-1001000000

- Secretaria de Administração:
Ficha 00062-1001000000

- Secretaria de Agropecuária:
Ficha 00090-1001000000

- Secretaria de Cultura e Turismo:
Ficha 00130-1214000000

- Secretaria de Educação:

Ficha 00286-1111000000

Ficha 00266-1120000000

- Secretaria de Esportes e Lazer:

Ficha 00304-1001000000

- Secretaria de Interior:

Ficha 00375-1001000000

- Secretaria de Meio Ambiente:

Ficha 00431-1001000000

- Secretaria de Saúde:

Os créditos pelos quais ocorrerão as despesas poderão ser com as seguintes classificações funcionais programáticas e suas atualizações durante a mudança do exercício financeiro.

015.001.10.122.0042.2.072 Manutenção das atividades administrativas

015.001.10.122.0042.2.073 Fortalecimento do controle social

015.001.10.301.0043.2.074 Ações de Saúde para Enfrentamento da Emergência COVID 19

015.001.10.301.0043.2.075 Manutenção e ampliação das Atividades da Atenção Primária à Saúde - PAB

015.001.10.301.0043.2.076 Manutenção e ampliação das Atividades da Estratégia Saúde da Família - ESF

015.001.10.301.0043.2.077 Manutenção e ampliação das Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS

015.001.10.301.0043.2.078 Manutenção e ampliação dos serviços de saúde bucal

015.001.10.302.0044.2.079 Manutenção dos serviços de saúde da média e alta complexidade

015.001.10.302.0042.2.080 Manutenção e ampliação das ações de Saúde Mental

015.001.10.304.0045.2.083 Manutenção das ações desenvolvidas pelo setor de vigilância sanitária

015.001.10.305.0046.2.084 Manutenção das ações desenvolvidas pelo setor de vigilância ambiental

015.001.10.305.0046.2.085 Manutenção das ações de vigilância epidemiológica

A despesa será classificada na categoria econômica "Despesa Corrente", tendo como provável utilização o elemento de despesa 33903000000 - Material de Consumo e similar - Pessoa Jurídica, na mesma categoria econômica, conforme a destinação do material a ser adquirido ou conforme atualização nas normas contábeis vigentes.

- Secretaria de Serviços Urbanos:

Ficha 00552-1001000000

- Secretaria de Transportes:

Ficha 00645-1001000000

- Secretaria de Gabinete:

Ficha 00020-1001000000

Ficha 00007-1001000000

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 – Para habilitação exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a: Qualificação Técnica, conforme artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

8.2 – As empresas deverão comprovar sua regularidade junto ao Fisco, apresentando todas as certidões atualizadas: certidões negativas de débito da Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal, INSS e FGTS.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

9.1 – O prazo máximo para fornecimento/execução do objeto deste Termo de Referência deverá ser de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço.

9.2 – O fornecimento do objeto deste Termo de Referência será realizado de **forma PARCELADA**, de acordo com as necessidades de cada Secretaria Municipal.

9.3 – O recebimento do objeto será de competência dos servidores lotados na Secretaria emissora da Autorização de fornecimento com supervisão do respectivo Fiscal do Contrato que compõem o presente certame.

9.4 – A entrega do item deverá ser feita de Segunda a Sexta feira no horário das 07:30h às 11:00h e das 12:30h às 17:00h, diretamente nos locais indicados nas Autorizações de Fornecimento emitidas por cada secretaria, com as respectivas quantidades, devendo a empresa fornecedora certificar-se, antes da entrega, se houve mudanças nos endereços.

9.5 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores da secretaria solicitante deverão ser encaminhadas ao Gestor da Unidade Requisitante, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

9.6 – A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente à descrição e quantidades, e deverão estar acondicionados adequadamente.

9.7 – Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do objeto.

9.8 – O(s) material (is) deverá (ão) ser aceito (s), da seguinte forma:

a) Provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato/Ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na ordem de demanda, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com o requisitado, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

b) Definitivamente, 05 (Cinco) dias após verificação de qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação pelo requisitante.

c) Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.9 – Será recusado qualquer objeto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação.

9.10 – Em hipótese alguma será aceito objeto reconicionado, remanufaturado, reciclado, ou com alguma característica que venha a comprometer o seu uso e utilização pela Administração.

9.11 – A Administração Municipal poderá solicitar testes do objeto junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade do material. Se for declarada pelo fabricante a falsidade, independente da substituição, o(s) objeto(s) ficará(ão) retido(s), para que se proceda a responsabilidade criminal, prevista no art. 96, da Lei 8.666/93.

9.12 – Os custos de retirada e devolução do(s) itens(s) recusado(s), bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

9.13 – O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos itens ou até mesmo a substituição, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

9.14 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DO(S) OBJETO(S)

10.1 – Em todos os materiais deverão constar em suas embalagens, descrições e especificações na língua portuguesa, ou apresentar rótulo com as mesmas características.

10.2 – Itens que possuem validade deverão ter no mínimo 01 (um) ano de prazo, conforme suas especificações técnicas, a contar da data do recebimento definitivo.

10.3 – O objeto ofertado deverá ser novo e original, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado, e deverá estar adequadamente embalado de forma a preservar suas características originais.

10.4 – O objeto ofertado deverá ser apresentado adequadamente de forma a preservar suas características de qualidade dentro do especificado no item 5.1 deste termo.

10.5 – O(s) objeto(s) a serem ofertados deverá ser de ótima qualidade e obedecer rigorosamente:

a) às normas e especificações constantes deste Termo de Referência.

b) às normas da ABNT, INMETRO, etc.

c) às prescrições e recomendações dos fabricantes.

d) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

10.6 – Os produtos devem apresentar numeração do Certificado de Aprovação-CA nos termos da Norma Reguladora (NR) 06 portaria 3.214/78.

10.7 – Os produtos adquiridos deverão apresentar, em caracteres indelévels e bem visíveis, o nome comercial da empresa fabricante, o lote de fabricação e número do CA.

11. DA SUBSTITUIÇÃO DO(S) OBJETO(S)

11.1 – O objeto solicitado deverá ser entregue conforme especificações apresentadas neste Termo de Referência. Caso contrário, deverá ser imediatamente substituído, sem ônus para a CONTRATANTE.

11.2 – Se verificada a inadequação do objeto, mesmo após recebimento definitivo dos objetos, será feita notificação da CONTRATADA para que se proceda a substituição.

11.3 – Caso não seja realizada a substituição, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas, conforme Lei 8.666/93.

12. DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

12.1 – Um representante de cada secretaria solicitante receberá/acompanhará e fiscalizará a entrega do(s) objeto(s).

12.2 – As Secretarias requisitantes designarão formalmente os nomes, telefones e emails dos servidores e de seus substitutos responsáveis pela fiscalização dos objetos de que trata este Termo, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de

informações pertinentes a essa atribuição, devendo constar nas autorizações de fornecimento os dados do fiscal do contrato (telefone e email).

12.3 – A CONTRATADA deverá manter preposto, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário.

12.4 – Os documentos fiscais correspondentes ao fornecimento do objeto serão atestados pelo servidor designado para a fiscalização.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

13.1 – Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo de Referência sem prejuízo de plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, tendo como referência a Instrução Normativa nº 009 de 2014 – Fiscalização de Contratos Administrativos.

13.2 – O fornecimento dos itens estará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em toda a sua abrangência.

13.3 – A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela entrega dos itens, todavia, as Secretarias Municipais reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

13.4 – O(A) responsável pelo recebimento dos itens terá o direito de exigir o cumprimento de todos os itens do Termo de Referência e poderá entre outros:

- a) Notificar a CONTRATADA, por escrito, pela ocorrência de eventuais imperfeições na entrega do objeto.
- b) Solicitar à CONTRATADA, a substituição de qualquer item fornecido que esteja em desacordo ou insatisfatório.

Santa Maria de Jetibá/ES, 21 de fevereiro de 2022

FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Assistência Social: Simone Knaak – 051985.

Administração: Julielza Betzel Baldotto - 052085.

Agropecuária: Altemar Fardin - 055048.

Cultura e Turismo: Renato Estrelof – 051660.

Educação: Ayrton Zumach – 051992.

Esportes e Lazer: Estefane Dalila Stange Jonas – 055074.

Interior: Andresa Mund – 052219.

Meio Ambiente: Cristiane Nunes dos Anjos de Freitas – 052978.

Saúde: Vanderlane Wolfgran – 53077.

Serviços Urbanos: Alessandro Oliveira de Souza – 051983.

Transportes: Raiany Mapelli de Souza – 055092.

Gabinete: Clystheres de Freitas – 052449.

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Nelcelina Espindula
Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento
e Assistência Social

Ivania Marquardt
Secretaria de Administração

Rafaela Tesch
Secretaria de Agropecuária

Jardell Rodrigues Miertschink
Secretaria de Cultura e Turismo

Enoc Joaquim da Silva
Secretaria de Educação

Jardell Rodrigues Miertschink
Secretaria de Esportes e Lazer

Enoc Joaquim da Silva
Secretaria de Meio Ambiente

Adriano Haese
Secretaria de Interior

Silene Belz
Secretaria de Saúde

Lindomar Berger
Secretaria de Serviços Urbanos

Sanderléia Wruck Espíndula
Secretaria de Transporte

Zilda M. Krause Pellacani
Secretaria de Gabinete

De Acordo.
PREFEITO MUNICIPAL

Hilário Roepke